

## Introdução

Rodrigo de Souza Vieira

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

VIEIRA, RS. *Crescimento econômico no estado de São Paulo: uma análise espacial* [online]. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009. 103 p. ISBN 978-85-7983-013-6. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.



All the contents of this chapter, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-Non Commercial-ShareAlike 3.0 Unported.

Todo o conteúdo deste capítulo, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição - Uso Não Comercial - Partilha nos Mesmos Termos 3.0 Não adaptada.

Todo el contenido de este capítulo, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-NoComercial-CompartirIgual 3.0 Unported.

# INTRODUÇÃO

Na atualidade, São Paulo é o estado economicamente mais importante do País, pois responde por algo em torno de 34% do PIB nacional, com uma população que representa aproximados 22% da população total brasileira. Além disso, o Estado detém parcela significativa da indústria tecnologicamente mais avançada e boa parte da mão de obra qualificada do país. Entretanto, a despeito do tamanho de sua população e de toda a grandeza de seu PIB em relação aos demais estados, talvez a economia paulista não tenha sido convenientemente estudada em sua complexidade espacial e geográfica.

Sob o ponto de vista populacional, São Paulo tem uma população comparável à da Argentina.<sup>1</sup> Sua capital é o centro de uma aglomeração urbana que faz da mesma uma das maiores cidades do mundo, com uma população absoluta de aproximadamente 11 milhões de pessoas, além de uma densidade populacional de 7.175 pessoas por km<sup>2</sup>. Algumas das cidades que compõem a Região Metropolitana de São Paulo (RMSP) estão entre as maiores do País e têm importância econômica indiscutível, como as cidades do ABC (Santo André, São Bernardo do Campo e São Caetano do Sul) e Guarulhos. Em termos

---

<sup>1</sup> Estimativas da Fundação Seade apontam para uma população em torno de 40 milhões de habitantes em 2007.

populacionais, a região possui em torno de 48% da população total do estado.

Sob o ponto de vista econômico, a RMSP responde por mais da metade do PIB estadual, sendo que, no ano de 2004, sua participação era de 50,3%. Além da Grande São Paulo, há outras duas regiões metropolitanas, a de Campinas e a da Baixada Santista<sup>2</sup> que, juntamente com São José dos Campos e Sorocaba, formam o entorno da RMSP e delimitam a área de maior desenvolvimento econômico do Estado, respondendo por cerca de 83% do PIB estadual.

A atividade econômica, entretanto, não se restringe à região metropolitana e seu entorno. A região central do estado também é um polo econômico importante, na qual se destacam as cidades de Ribeirão Preto, especialmente por meio do setor comercial, e São Carlos, importante centro tecnológico. No oeste do estado, cidades como Presidente Prudente e São José do Rio Preto possuem economias com alto grau de desenvolvimento e dinamismo, e destacam-se pelo elevado padrão de vida da população.

Contudo, paralelo a economias fortalecidas e com alto nível de produção e renda, a economia paulista apresenta regiões pobres, como o Vale do Ribeira, além dos bolsões de pobreza situados em diversos locais, destacando-se, neste aspecto, a própria Região Metropolitana de São Paulo.<sup>3</sup>

As diferenças de dinamismo também se verificam através do estado. Percebe-se que as experiências de crescimento dos municípios paulistas têm variado amplamente, uma vez que a população de

---

2 São três as regiões metropolitanas do Estado, a saber: (1) Região Metropolitana de São Paulo, criada em 8/6/1973 pela Lei Complementar (LC) Federal 14/73, que abrange 39 municípios; (2) Região Metropolitana da Baixada Santista, criada em 30/7/1996 pela LC Estadual 815/96, compondo-se de 9 municípios; e (3) Região Metropolitana de Campinas, criada em 19/6/2000 pela LC Estadual 870/00, que abrange 19 municípios.

3 Sobre este ponto, Cano (2002, p. 284) afirma: “Em que pese a região metropolitana de São Paulo ter tido, em 2000, uma renda média por habitante em torno de US\$5.000,00 (68% acima da média nacional), ali se encontravam 5,2 milhões de pobres (ou 30% de sua população), perfazendo 10% do número de pobres do país”.

algumas cidades cresceu vertiginosamente enquanto outras enfrentaram queda em sua população. Nos últimos anos, segundo dados da Fundação Seade, as cidades paulistas têm apresentado taxas médias de crescimento maiores do que o restante do País, o que reflete o forte poder de atração que o estado tem em relação aos demais estados da Federação. Tal comportamento pode ser atribuído à concentração das atividades produtivas e sua capacidade de geração de renda. No entanto, diversos municípios vêm apresentando taxas negativas, com queda contínua de sua população, sendo que a maior parte deles se concentra nas regiões oeste e sul do estado.

Nesse sentido, este trabalho busca o entendimento para a seguinte questão: por que algumas cidades do estado foram mais bem-sucedidas do que outras nos últimos anos? A prosperidade das cidades paulistas é resultado de fatores externos tais como localização ou choques setoriais? Ou então, resultado de políticas públicas individuais empreendidas por seus governantes? A compreensão da participação de forças externas e de esforços internos de políticas nesse processo se faz importante para desvendar o alcance potencial que políticas intervencionistas possam vir a ter.

No caso específico de São Paulo, parece haver uma relação direta entre o comportamento da ocupação territorial e a localização das atividades industriais.<sup>4</sup> Segundo estudos empíricos, entre eles Diniz & Crocco (1996), Cano (2002) e Diniz (2002), o processo de desconcentração industrial verificado principalmente a partir da década de 1970, que alterou de modo significativo a configuração regional da produção do Estado, favoreceu cidades fora da RMSPE e provocou uma redistribuição da população. De fato, tal processo não pode ser relegado a segundo plano quando se trata de estudar espacialmente o crescimento econômico em São Paulo.

Ademais, depreende-se da literatura de crescimento econômico que fatores como nível de renda inicial (Solow, 1956), nível educacional da população (Lucas 1988, Mankiw, Romer & Weil, 1992) e infraestrutura social (Barro, 1990) são responsáveis pelo comporta-

---

4 Atlas Seade da economia paulista.

mento das taxas de crescimento dos países. Recentemente, modelos vêm sendo criados no sentido de utilizar a estrutura teórica desenvolvida para países no estudo de regiões – um exemplo é o trabalho de Barro & Sala-i-Martin (1995). Nesse sentido, este trabalho utiliza as considerações dessa nova corrente no intuito de identificar empiricamente quais os fatores que determinam o crescimento econômico dos municípios paulistas.

Além disso, busca-se contribuir com a literatura ao inserir a questão espacial como crucial para o entendimento a respeito de quais fatores influenciam o crescimento das regiões. Considera-se, dessa forma, a importância das externalidades geográficas como fator determinante de retornos adicionais, advindos da aglomeração de firmas e pessoas (trabalhadores) em uma determinada localidade.

Para tratar as questões relativas à localização, utilizam-se, como referência, os trabalhos da Nova Geografia Econômica (NGE). Segundo a NGE, atribui-se a variáveis adicionais a responsabilidade pelo desempenho econômico das regiões. Destacam-se variáveis como densidade populacional (Fujita et al., 1999; Fujita & Thisse, 2002), taxa de urbanização (Fujita et al., 1999; Fujita & Thisse, 2002), desigualdade interpessoal da renda (Alesina & Rodrick, 1994) e taxa de participação do emprego industrial (Fingleton, 1999), que consistem em determinantes do comportamento regional com relação à produtividade e à qualidade de vida.

Em linhas gerais, este estudo busca comparar o crescimento dos municípios paulistas por meio de fatores que o expliquem, levando-se em conta externalidades geográficas. Mais especificamente, o trabalho busca: (1) verificar quais variáveis são correlacionadas com as taxas de crescimento dos municípios paulistas, (2) identificar o tipo de influência das externalidades espaciais na trajetória de crescimento desses municípios, captando seus efeitos, e (3) identificar o tipo de interação espacial que melhor descreve o padrão apresentado pelos dados, a fim de contribuir para a discussão sobre as diferentes matrizes de pesos espaciais utilizadas na literatura de econometria espacial.

O último objetivo pauta-se na discussão referente à utilização da matriz de pesos espaciais com o intuito de identificar possíveis efeitos

de transbordamento entre as regiões. A principal diferença entre a econometria tradicional e a teoria econométrica espacial situa-se na utilização, por parte desta, de uma medida de ponderação que capta uma possível influência entre as variáveis de unidades contíguas à unidade em estudo. Dessa forma, a econometria espacial admite que uma regressão possa apresentar erros espacialmente correlacionados. Essa medida de ponderação consiste, justamente, na matriz de pesos espaciais, consensualmente denominada “matriz  $W$ ”. Entretanto, a literatura de econometria espacial admite que a escolha da matriz de pesos permite uma certa arbitrariedade por parte do pesquisador. Quando a matriz de pesos é construída, é tratada como um fator exógeno, uma vez que é determinada *a priori*. O pesquisador pres-supõe, de antemão, uma estrutura específica para os erros do modelo.

Dada a natureza *ad hoc* da escolha da matriz  $W$ , este trabalho procura avançar na discussão a respeito, adotando, como pano de fundo, os dados referentes aos municípios paulistas.

Em suma, o trabalho tem como objetivo, a princípio, identificar os determinantes do crescimento econômico no estado de São Paulo, controlando para possíveis influências espaciais, e, em um segundo momento, contribuir com a literatura de econometria espacial no sentido de testar diversos tipos de matrizes de pesos, tentando, com isso, encontrar a matriz  $W$  mais adequada para a estrutura de correlação espacial do modelo considerado.

As principais contribuições deste trabalho consistem em: (1) revisão da literatura pertinente ao assunto e seu ordenamento sistemático, (2) teste empírico para os municípios paulistas do modelo de crescimento proposto por Glaeser et al. (1995), com o acréscimo de parâmetros espaciais, e (3) discussão a respeito da matriz de pesos espaciais mais adequada para a amostra de dados levantada.